

Escassez de pessoal; ajuda das empresas

José Pastore

Ao mesmo tempo em que o desemprego atinge 10% dos brasileiros, setores específicos ressentem-se da falta de profissionais - petroquímico, sucro-alcooleiro e construção civil.

Esse filme já passou. Toda vez que a economia cresce acima dos 4%, as empresas enfrentam tal problema. Muitas deixam de expandir por não encontrar os profissionais que precisam.

Entre 1995 e 2005, a demanda do setor produtivo para trabalhadores com o curso médio completo cresceu quase 200%, passando de 2,9 milhões para 8,6 milhões (RAIS, 2005). Segundo o Modelo de Prospecção do SENAI, entre 2006 e 2010, o Brasil precisará cerca de 2 milhões de novos profissionais nas áreas técnicas.

Se os investimentos do PAC para os próximos quatro anos forem de fato realizados – cerca de R\$ 500 bilhões - a falta de mão-de-obra será brutal. Os métodos convencionais de treinamento e capacitação não darão conta do recado.

Para as empresas, o desafio não pára aí. O Brasil de 2007 apresenta um novo fenômeno. Muitas pessoas não querem trabalhar no mercado formal para não perder os benefícios da Bolsa Família e de outros programas sociais. No estado de São Paulo, tais programas chegaram a inverter o fluxo migratório. Os que voltaram para o nordeste vivem em domicílios que contam com R\$ 400 ou R\$ 500 mensais resultantes dos programas sociais e das aposentadorias e pensões dos idosos, o que tornou difícil mobilizar trabalhadores para outras regiões. Não há o que convença um trabalhador a entregar sua carteira de trabalho a um produtor rural do sul ou sudeste que lhe paga R\$ 380 no período de safra, que dura de três a quatro meses, se, para tanto, ele precisa desistir do benefício do Bolsa Família que dura 12 meses. Os que estão próximos de se aposentar também são arredios ao registro em carteira de trabalho para não ter de prolongar seu período de atividade.

Todos esses fenômenos reunidos dão ao mercado de trabalho brasileiro uma coloração original: faltam empregos e faltam trabalhadores, da mesma forma que sobra água e falta

energia elétrica. É o preço que o Brasil paga por ter dado tão pouca atenção aos recursos estratégicos.

Está certo o SENAI que conclamou a maioria das suas escolas a trabalharem em turnos “turbinados”, iniciando suas atividades às 7 da manhã e terminando às 11 da noite para, com isso, manter mais cursos e treinar mais trabalhadores. As outras entidades de formação profissional terão de considerar medidas semelhantes. E, é bom que se diga, só isso não bastará.

Os empregadores terão de se desdobrar, e colaborar além do que já vêm fazendo na formação do nosso capital humano. A capacitação acelerada exige a utilização das instalações das empresas, o apoio ao transporte dos estudantes, o fornecimento de refeições, uniformes, material didático, assistência médica e várias outras medidas de logística, sem as quais, pouco se pode fazer. Estamos diante de uma cruzada que demanda agilidade e compreensão de todos os que participam do sistema de capacitação. É mãos à obra.